

Departamento de Sociologia

**Crianças e Adolescentes Institucionalizados:  
Um estudo de caso no Centro de Alojamento Temporário de  
Tercena**

**Michele Augusta dos Santos Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia

Orientadora:

Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



Departamento de Sociologia

**Crianças e Adolescentes Institucionalizados:  
Um estudo de caso no Centro de Alojamento Temporário de  
Tercena**

**Michele Augusta dos Santos Silva**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Sociologia**

Orientadora:

Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



Dedico este trabalho à minha mãe, Edna, que  
foi a grande incentivadora e responsável por  
mais esta conquista em minha vida.



## AGRADECIMENTOS

"Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objecto singular, um amigo,- é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda!"<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, agradeço a Deus! Ele que me acompanha e me guarda todos os dias da minha vida, me protegendo e me indicando sempre o melhor caminho e, mesmo quando eu acabo por teimar e seguir outros rumos, ele intercede por mim e sempre dá um jeito das coisas fluírem da melhor maneira. Eu sou a prova viva de que no final tudo dá certo! Obrigada, Senhor!

Agradeço a minha mãe, Edna, que foi a grande responsável e incentivadora para que eu deixasse a minha zona de conforto e tivesse a coragem de galgar por outros caminhos. Essa vitória é nossa! Amo-te!

Aos professores e colegas do ISCTE-IUL, em especial aos parceiros Carlos Machado e Mariana Marques, por todos os trabalhos, angústias e alegrias que dividimos nesses dois anos. Certamente a minha caminhada tornou-se mais suave com a vossa ajuda! Muito Obrigada!

À Professora Doutora Maria das Dores Guerreiro, pela sua dedicação e ensinamento enquanto professora e orientadora, pela paciência e confiança que teve comigo e com o meu trabalho. Não me vejo realizando este trabalho sob a orientação de outra pessoa. Obrigada por tudo!

Ao Centro de Alojamento Temporário de Tercena, às crianças e jovens que lá residem, que mesmo inconscientemente proporcionaram-me um enorme aprendizado e maturidade pessoal e profissional. A equipa técnica que é tão comprometida e dedicada em desempenhar o seu papel da melhor maneira, não para eles, mas sim em prol de todos que vivem no Centro. Um agradecimento especial à Educadora Social Ana Rita Rapaz, que me acolheu e me ajudou em tudo que precisei, fornecendo-me todo material que foi necessário para a realização deste trabalho.

Agradeço de coração a todos os meus grandes e incomparáveis amigos que, perto ou longe geograficamente, sempre acreditam, apostam e torcem por mim, incentivando-me e impulsionando-me sempre em busca do sucesso. Amo-vos!

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos amigos José Welton Júnior, Carolina dos Santos e Mariana Bedin e a minha prima Indira Ricele, pelo empenho e ajuda imprescindível na organização e revisão deste trabalho.

Por fim, agradeço ao meu avô, Ferreira, por ter influenciado diretamente na construção da minha identidade, na pessoa que sou hoje. Se eu tento e quero melhorar a cada dia é por si, é porque sei que de algum lugar você está me vendo e com certeza está muito feliz por mais esta conquista nossa. Obrigada pelo privilégio de ter sido sua filha, sua neta! Meu amor por si é inesgotável, é infinito!

---

<sup>1</sup> Antoine de Saint-Exupery





*“I believe the children are our future Teach them well and let them lead the way  
Show them all the beauty they possess inside Give them a sense of pride  
To make it easier Let the children's laughter remind us how we used to be”.*

(Trecho da música Greatest Love of All, composição  
de Michael Masser e Linda Creed)



## RESUMO

O objetivo deste trabalho é a realização de um estudo sobre as crianças e os adolescentes institucionalizados que estão à espera de adoção no Centro de Alojamento Temporário de Tercena (CATT). Através do mesmo iremos verificar a trajetória pessoal de tais crianças e adolescentes, os principais motivos que os levaram à institucionalização, a sua ligação ou não com a família biológica e a trajetória que os mesmos percorreram até chegar à instituição. O trabalho foi realizado em duas etapas: na primeira realizou-se uma revisão bibliográfica sobre estudos que abordam a temática central e outros temas pertinentes, através de obras literárias de autores como, Ferreira, Marcassa, Machado, Loulé, entre outros. Na segunda etapa, através da análise documental da instituição e da observação participante, daremos um enfoque maior na dinâmica vivenciada por esse público alvo em seu dia-a-dia no CATT, o nível de satisfação dos mesmos em relação à vida no Centro e, a partir daí, perceber quais as maiores angústias e problemáticas enfrentadas no seu dia-a-dia.

**Palavras-chave:** Criança, Adolescente, Família, Instituição, Adoção, Abandono, Acolhimento.



## ABSTRACT

The objective of this essay is to study institutionalized children and teenagers institutionalized, that are waiting for adoption at the Temporary Housing Center of Tercena (CATT). Through this study, the reader can comprehend who are these children, the main reason they are institutionalized, the connection with their biological family and their path until they arrive at the adoption center. The essay is divided in two parts: the first part includes a review regards the main topic and other important matters through literal works, such as Ferreira, Marcassa, Machado, Loulé and others. The second part includes the study of the individuals on the Center, through documents reviews of the Center and participants observation during this essay, focusing on the dynamic lived by this individuals at the CATT and their level of fulfillment regards their life on the Center, as well as their distresses and issues on their daily basis.

**Key-words:** Children, Teenagers, Family, Institutional, Adoption, Abandon, Foster.



## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>III</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>VII</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>XI</b>
<b>LISTA DE FIGURAS E QUADROS</b> .....	<b>XIII</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>XV</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. OBJETIVOS DO ESTUDO E METODOLOGIA</b> .....	<b>3</b>
2.1 OBJETIVOS.....	3
2.1.1 Geral.....	3
2.1.2 Específicos .....	3
2.2 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA .....	3
2.3 HIPÓTESES FORMULADAS.....	4
2.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS .....	4
<b>3. INFÂNCIA: PROTEÇÃO E NEGLIGÊNCIA</b> .....	<b>6</b>
3.1 A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA FAMILIAR PARA UM ADEQUADO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.....	7
3.2 HISTORICIDADE DE MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS NA SOCIEDADE .....	9
3.3 AS CRIANÇAS E A EXPERIÊNCIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	11
3.4 CAMINHOS A TRILHAR ATÉ A ADOÇÃO.....	13
<b>4. O CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE TERCENA</b> .....	<b>16</b>
4.1 AS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS NO CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE TERCENA .....	17
<b>5. CASOS ESTUDADOS</b> .....	<b>20</b>
5.1 INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E PREPARAÇÃO DO SEU PROJETO DE VIDA APÓS O INGRESSO NA INSTITUIÇÃO .....	24
5.2 PREOCUPAÇÕES DAS EQUIPAS NOS CENTROS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS .	26
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>30</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA: INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>APÊNDICE B – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVEM NO CATT</b> .....	<b>3</b>
<b>APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE O PAPEL DO EDUCADOR</b> .....	<b>5</b>





## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 4.1 - Definição da composição em relação ao sexo das crianças e jovens do CATT. .....	17
Figura 4.2 - Nacionalidade das crianças e jovens (n=47) atendidos. ....	17
Figura 4.3 - Contato com família biológica, família amiga ou nenhum contato.....	18
Figura 4.4 - Tempo de permanência das crianças e jovens no CATT. ....	18
Quadro 5.1 – Nomes, sexo, idade, escolaridade e tempo de permanência no CATT das crianças e jovens.....	20
Quadro 5.2 – Trajetória das crianças e adolescentes antes e depois da institucionalização.	23
Quadro 5.3 – Projeto de vida previsto para as crianças e adolescentes estudados.....	25



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CAT	-	Centro de Acolhimento Temporário
CATT	-	Centro de Alojamento Temporário de Tercena
CC	-	Código Civil
CPCJ	-	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
GNR	-	Guarda Nacional Republicana
LIJ	-	Lar da Infância e Juventude
UNICEF	-	The United Nations Children's Fund
USP	-	Universidade de São Paulo



## 1. INTRODUÇÃO

A visibilidade social nas questões inerentes às crianças e adolescentes tem passado por algumas transformações em nossa sociedade, principalmente no que diz respeito a salvaguardar os seus direitos. Direitos esses que muitas vezes são violados e/ou negligenciados no próprio núcleo familiar. A família que deveria ser o alicerce de sustentação e estrutura desses jovens, objetivando e proporcionando o crescimento e bem-estar dos mesmos, muitas vezes é omissa e negligente nas suas responsabilidades. Espera-se que, todos os membros da família, principalmente as crianças, recebam a proteção e assistência necessárias para poder ter um desenvolvimento adequado, tornando-os aptos a assumir plenamente suas responsabilidades na sociedade.

Entretanto, podemos dizer que se passou a tomar uma maior consciência das inúmeras problemáticas enfrentadas pelas crianças e adolescentes. Muitos destes problemas foram identificados através de denúncias realizadas, na maioria das vezes, por familiares ou profissionais que lidam diariamente e/ou diretamente com os mesmos (professores, médicos, cuidadores). Identificados esses problemas, faz-se necessário uma intervenção do Estado, através de políticas voltadas especificamente para esses jovens, visando melhorar a qualidade de vida e proteger os mesmos.

Segundo Vilarinho (2000) *Apud* Tomás (2004):

A visibilidade social dos problemas da infância foi um processo lento que decorreu desde os finais do século XVIII até aos nossos dias, para a qual muito contribuíram as denúncias feitas pelos médicos-higienistas, filósofos, filantropos e, mais recentemente, pelos juízes, educadores e psicólogos. A tomada de consciência pública dos problemas que afectavam a infância (elevado índice de mortalidade, abandono, trabalho infantil, rapto e pedofilia, entre outros) conduziu os Estados a interferirem no processo de socialização das crianças e na vida privada das famílias, no sentido de melhorar as suas condições de vida (Vilarinho (2000) *Apud* Tomás (2004).)

Uma das principais preocupações do Estado e da sociedade em geral é a questão do abandono e de maus tratos a crianças e adolescentes, pois é uma demanda que cresce a cada dia. Nas últimas décadas, por exemplo, o abandono e maus tratos a crianças e adolescentes aumentou significativamente em nossa sociedade, o que acaba por culminar num grande aumento de acolhimento desses jovens em instituições especializadas no atendimento dos mesmos, seja de carácter temporário ou não.

Vários são os motivos para que esses jovens sejam institucionalizados: Vários são os motivos para que esses jovens sejam institucionalizados: situação de empobrecimento vivida pelas suas famílias; morte dos pais biológicos; descaso e/ou maus tratos sofridos pelos seus familiares.

Outro fator que influencia o crescimento desta demanda, em nível global, é a inacessibilidade dos indivíduos aos direitos sociais básicos como saúde, habitação e alimentação, fazendo com que as famílias vivam em situação de extrema pobreza. Este fator influencia a ida de crianças e adolescentes para as ruas, e, conseqüentemente, o seu abrigo em diversas instituições.

Com este estudo que foi realizado no CATT, pretendemos investigar quais os principais problemas vivenciados por estes jovens institucionalizados no seu dia-a-dia, seus principais receios e angústias e de que forma isso reflete em sua autoestima, já que eles passam por uma faixa-etária complicada, pois é o momento em que acontecem diversas modificações, tanto física como psicologicamente, o que pode influenciar diretamente no vosso comportamento e nas suas perspectivas para o futuro fora da instituição.



## 2. OBJETIVOS DO ESTUDO E METODOLOGIA

Constitui objetivo deste trabalho a realização de um estudo sobre as crianças e os adolescentes institucionalizados que estão à espera de adoção no Centro de Alojamento Temporário de Tercena (CATT). Através do mesmo pretende-se analisar a trajetória pessoal de tais crianças e adolescentes, os principais motivos que os levaram à institucionalização, a sua ligação com a família biológica e a trajetória que percorreram até chegar à instituição. A pesquisa será realizada tendo por base uma revisão bibliográfica sobre estudos que abordam a temática central e outros temas pertinentes, através de análise documental sobre a instituição que será o nosso campo empírico de observação e também por via da observação participante junto das crianças residentes no CATT, cujo dia-a-dia procuraremos acompanhar de perto, ao integrarmo-nos no seu quotidiano prestando apoio às suas atividades.

### 2.1 OBJETIVOS

#### 2.1.1 Geral

Analisar os perfis das crianças e adolescentes institucionalizados no Centro de Alojamento Temporário de Tercena, destacando os aspectos sociais e comportamentais dos mesmos após a sua inserção nesse contexto.

#### 2.1.2 Específicos

- ✓ Realizar o levantamento de qual (quais) o principal motivo (s) que levaram essas crianças e adolescentes a serem institucionalizados;
- ✓ Conhecer o trabalho realizado pelos educadores sociais frente a esse público alvo e as principais problemáticas enfrentadas;
- ✓ Descobrir de que forma o fato de os jovens estarem tanto tempo institucionalizados à espera de adoção pode influenciar negativamente no seu Quotidiano e nas suas expectativas para o futuro.

### 2.2 JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA

A princípio o fator determinante para que esse estudo fosse realizado foi o interesse pessoal em conhecer e analisar o dia-a-dia de crianças e adolescentes que estão institucionalizados e à espera de adoção. Porém, após algumas breves pesquisas sobre o tema, e percebendo que esse é um assunto de suma importância para a sociedade em geral, é que houve o amadurecimento desta ideia e concluiu-se que se faz necessário um aprofundamento desta temática.

Nessa perspectiva, seriam expostas situações que norteiam a subjetividade desse público alvo, bem como trajetória de vida (antes e depois da chegada à instituição), necessidades, carências e expectativas para o futuro, no que diz respeito principalmente à adoção e a sua vida após deixar a instituição.

Diante do que foi mencionado anteriormente, fica claro que essa pesquisa seria relevante para esses indivíduos, pois um trabalho de intervenção focado nesse público alvo contribuiria para um processo de espera por adoção (e/ou da própria adoção) menos traumático, pois prepararia essas crianças e jovens para o convívio com uma nova família, ou promoveria a construção de uma autoestima positiva em casos nos quais a adoção não se realizasse.

## 2.3 HIPÓTESES FORMULADAS

**H1** – A maioria do universo de crianças e adolescentes institucionalizados em Lisboa é composta por vítimas de maus tratos e negligências por parte dos pais biológicos;

**H2** – A constante expectativa de ser adotado influencia negativamente o desenvolvimento psicossocial (autoestima, socialização, etc.) das crianças e adolescentes institucionalizados;

**H3** – As crianças e adolescentes institucionalizados sofrem preconceitos e/ou passam por constrangimentos nos ambientes que frequentam fora do centro;

**H4** – A qualidade de vida das crianças e jovens que vivem numa instituição é superior a qualidade de vida que os mesmos tinham no núcleo familiar.

## 2.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

A pesquisa é de carácter qualitativo, sendo realizada em dois níveis: teórico e empírico. A primeira fase será dedicada à revisão de literatura, espaço esse que abordaremos assuntos pertinentes e relacionados com o eixo central do estudo, entre os quais podemos citar temas como a infância, as leis nacionais e internacionais de protecção à criança e ao adolescente, a adoção, as leis nacionais e internacionais relacionadas ao processo de adoção, instituições que acolhem crianças e adolescentes em risco, entre outros.

Realizada essa revisão bibliográfica, a segunda fase será para detalhar a observação *in loco*, ou seja, para o detalhamento do estudo de caso<sup>2</sup> que pôde ser realizado através da experiência de estágio no Centro de Alojamento Temporário de Tercena (CATT). O estágio teve a duração de nove meses, tendo decorrido entre os meses de novembro de 2013 a agosto de 2014.

Através da análise documental, da observação participante<sup>3</sup> e de entrevista semi-estruturada (com perguntas abertas e fechadas) com funcionários do CATT, foi realizada a caracterização da instituição, bem como a caracterização das crianças e dos adolescentes que lá residem atualmente. Dessa forma, teremos um panorama da rotina na instituição, evidenciando possíveis problemas enfrentados tanto por sua equipa técnica, como das crianças e adolescentes que residem em acolhimento institucional temporário, buscando saber de que forma esses possíveis problemas podem interferir negativamente no dia-a-dia dos mesmos, e, a partir daí, identificar o tipo de abordagem e intervenção que seriam adequadas nas determinadas situações.

---

<sup>2</sup>O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores. (Araújo, 2008)

<sup>3</sup>A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (Queiroz, 2007).





### 3. INFÂNCIA: PROTEÇÃO E NEGLIGÊNCIA

O termo *criança* vem do latim *créare* e tem como significado “criar, engendrar, procriar, produzir, dar à luz, escolher, nomear” (Machado, 1997, p. 251). Segundo o código civil vigente, bem como a Convenção Sobre os Direitos das Crianças, ficou estabelecido que criança é todo indivíduo menor de 18 anos, ou seja, são considerados como crianças todos aqueles indivíduos que ainda não atingiram a vida adulta. Porém, segundo Loulé 2010, este termo tem uma definição complexa:

O conceito de criança é difícil de definir e depende do ângulo de visão que cada um adopta. Entende-se que ser criança é viver como tal, varia consoante as culturas, os grupos sociais e as condições socioeconómicas do grupo a que se pertence. Segundo o postulado na Convenção sobre os Direitos das Crianças e, também, no Código Civil, «a criança é todo o indivíduo menor de 18 anos» (*Código Civil, art. nº 122*). Assim, a infância não é mais do que o tempo entre o nascimento e o início da vida adulta (Loulé, 2010).

Entretanto, a infância, (palavra essa que está associada ao primeiro período da vida humana), até o século passado era tratada com total descaso, tanto nas próprias famílias, como na sociedade em geral. As crianças, por exemplo, tinham papéis secundários na sociedade, sendo consideradas por vezes como seres insignificantes.

De acordo com Rousseau, a criança não deve ser considerada um pequeno adulto (um adulto em miniatura), ela precisa sim ser tratada como uma criança de fato, gozando da sua liberdade para viver e aproveitar as fases e etapas de sua vida no seu devido tempo. Ele diz ainda que mesmo nesse curto período que é a infância, as crianças devem ter suas características e identidade respeitadas. “Amai a infância, favorecei as brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto” (Rousseau, 2004, p.72).

Em séculos passados, alguns casos que aconteciam, não muito raramente, era o de crianças que cresciam ao largo, quase sem cuidado da sua família (muitas vezes lhes faltavam cuidados básicos), outras eram exploradas sexualmente (principalmente as crianças de sexo feminino) e havia ainda casos em que eram agredidas fisicamente. Essas crianças passavam parte da infância vivendo à beira do abandono, negligência e maus tratos:

Os filhos eram vistos como propriedade privada dos pais e só os mesmos tinham poder absoluto sobre eles. Por outro lado, entendia-se que o castigo físico era necessário e indispensável não só para impor e manter a disciplina, mas também para que fossem adquiridas as regras de «boa educação». É de referir que sempre foram às crianças do sexo feminino as mais sujeitas a práticas de exploração e/ou exposição sexual, de abandono, como se de objectos se tratassem, e eram até vendidas e muitas das vezes mortas (Canha, 2000 *Apud* Loulé, 2010).

Comportamentos como os que foram citados anteriormente, na época, não causavam qualquer estranheza na sociedade, pois a falta de informação e consciencialização de que tais ações eram extremamente prejudiciais para o desenvolvimento físico e mental dessas crianças era evidente. Além da falta de consciência e de informação podemos citar também a falta de vontade para uma real mudança nesse quadro, a conveniência dos favorecidos com tais comportamentos, entre outros fatores que serviam de alicerce para dificultar ainda mais uma possível mudança na sociedade de outrora, e o que é pior, a maioria dos casos aconteciam no próprio núcleo familiar, como já foi mencionado anteriormente.

Assim sendo, fica claro que mesmo com o passar do tempo, e ainda que já tenham sido abolidas algumas práticas cruéis exercidas contra as crianças, é suposto que nem sempre o

núcleo familiar é um local seguro e adequado para o desenvolvimento dos mesmos, haja vista que em tempos atuais ainda são muitos os casos de agressão, descaso, negligência e abandono contra crianças e adolescentes no seio da sua própria família.

As expectativas em relação à família estão, no imaginário coletivo, ainda impregnadas de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A expectativa maior é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades (Carvalho, 2002).

Entretanto, independente de culturas e/ou grupos sociais, percebe-se que a vivência de uma infância com uma boa estrutura física e emocional é fundamental para os primeiros anos da vida de toda e qualquer pessoa, pois é uma fase que está diretamente relacionada com a construção do ser, sendo este um período crucial para o aprendizado, socialização e construção da sua personalidade e identidade. Uma infância traumática e/ou restrita de educação, carinho, informação, entre outros, pode refletir na construção da personalidade do futuro adulto.

### 3.1 A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA FAMILIAR PARA UM ADEQUADO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Originalmente criado pelos romanos, o termo família foi inventado para instituir uma organização ao qual o chefe tinha poder total, (por vezes até o poder de morte) sobre a sua mulher, filhos e escravos. Entretanto, com o passar dos anos e através de um natural processo evolutivo, os costumes e culturas de outrora foram ficando cada vez mais defasados, modificando inúmeras condutas presentes em outro espaço temporal.

No decorrer dos tempos, a família passou por diversas transformações em sua essência, tornando-se numa instituição com inúmeras vertentes e variações. Se em outros tempos as famílias tradicionais (aquelas compostas por pai, mãe e filhos) eram maioria absoluta, com o passar dos séculos fomos tomados por imensas modificações na estrutura das famílias, ocasionando em novas tipificações e variantes.

Nas sociedades atuais mais tecnológicas, chamadas industriais ou modernas, a família é uma de suas instituições importantes, que de uma ou outra maneira é atingida pelas transformações e características das demais e da sociedade global. Se estas sociedades podem ser caracterizadas como amplas, diferenciadas, dinâmicas e conflituosas, estas mesmas características imporão uma configuração especial à instituição familiar (Hinojal, 1979).

A família é uma das instituições mais antigas da nossa sociedade, porém com tantas mudanças e configurações ela, em tempos atuais, é formada por indivíduos que possuem algum grau de parentesco entre si ou não, onde os mesmos geralmente se agrupam numa mesma residência, partilhando as inúmeras situações do dia-a-dia.

Sendo assim, os tipos de família variam de acordo com a época e o lugar onde os indivíduos estão inseridos, uma vez que ocorrem constantes modificações em nossa sociedade.

Família e mudanças são palavras que surgem inevitavelmente acopladas. É indiscutível que no processo de modernização das sociedades ocidentais, progressivamente desenhadas ao longo dos últimos séculos, as formas de organizar ou viver a família se transformaram indelevelmente, trazendo consigo muitas modificações, umas mais rápidas, visíveis e inovadoras, outras mais lentas, sub-reptícias e portadoras de heranças passadas (Aboim, 2006).

Na família, desde cedo, os indivíduos tendem a aprender a socializar-se com os demais membros, antes mesmo de frequentarem infantários e escolas, pois é no seio da família que as crianças começam a serem moldadas para uma futura inserção na sociedade. Com isso podemos citar o exemplo de Ferrari (2005) quando diz que a família:

É o espaço indispensável para garantia de sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando, (...) que propicia os aspectos afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar de seus componentes (Ferrari, 2005).

Desse modo, o núcleo familiar ao qual as crianças estão inseridas, bem como a sociedade em geral e o Estado, devem zelar pela garantia e efetivação dos direitos de todos e quaisquer jovens e crianças da nossa sociedade, objetivando assegurar-lhes o cumprimento das leis de proteção, fazendo valer os direitos desse público alvo.

Sendo assim, é notória a importância de que sejam desenvolvidos cada vez mais trabalhos de educação e consciencialização familiar, visando elucidar os pais e/ou futuros pais e membros da família em geral, para a importância de um ambiente familiar acolhedor, enriquecedor e que disponha de uma estrutura básica, visando um desenvolvimento pleno e satisfatório das crianças e adolescentes, preparando-os para uma vida adulta equilibrada, tornando-os assim protagonistas da sua própria história.

É claro que não podemos esquecer que nem todas as famílias podem contar com uma vida equilibrada e uma estrutura básica favorável para atender às necessidades dos seus membros. Alguns fatores externos repercutem inteiramente no cotidiano do núcleo familiar, fato este que os coloca alheios a diversas situações no seu dia-a-dia, principalmente no que diz respeito à falta de recursos materiais.

A pauperização vivenciada por algumas famílias contribui para uma maior desordem familiar, influenciando diretamente no comportamento dos seus membros e nas suas práticas diárias. Esses vivem muitas vezes em condições precárias, não tendo acesso às necessidades básicas para a sua subsistência. Pois, como define Sandroni (2003), a pobreza é o “estado de carência em que vivem indivíduos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de renda ou inexistência dos bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação”.

É obvio que o facto de não poder contar com uma infraestrutura básica e adequada para o seu desenvolvimento afeta diretamente essas crianças e jovens, podendo influenciar diretamente no seu desempenho escolar e/ou comportamental, por exemplo.

Em alguns países subdesenvolvidos, muitos desses jovens inclusive tendem a abandonar as escolas e precocemente serem inseridos no mercado de trabalho, pois se veem obrigados a contribuir com o orçamento familiar, ajudando assim nas despesas domésticas do dia-a-dia. Vale salientar que o problema do trabalho infantil não é uma prática recente, ela está presente na nossa sociedade desde civilizações mais antigas, e desde então atinge essas crianças no sentido de roubar a sua infância, tanto em se tratando de aprendizado, desenvolvimento, socialização com grupos da sua faixa etária e até mesmo do lazer.

Diante disso, faz-se necessário um mecanismo de enfrentamento para a questão social<sup>4</sup> e suas inúmeras faces e manifestações<sup>5</sup>, que são encaradas diariamente pela população mais carente. Não obstante, cabe ao Estado intervir no enfrentamento da questão social, possibilitando às famílias o acesso às suas necessidades básicas de sobrevivência. Desse modo, e principalmente após nossa inserção num mundo globalizado e capitalista, as políticas sociais (que é justamente esse mecanismo de enfrentamento) passaram a ter um caráter universal.

Porém, segundo alguns autores, as políticas sociais servem de certa forma para legitimar o capitalismo, pois desresponsabiliza os capitalistas (nesse caso os detentores dos meios de produção) em relação à força de trabalho que contratam, permitindo baixos salários e condições de trabalho precárias. Isso pode ser confirmado através de uma autora brasileira que faz uma análise do capitalismo e das políticas sociais referindo-se ao contexto social ao qual está inserida: “Na realidade, no tipo de capitalismo em expansão no Brasil, as políticas sociais não se propõem a sanar as desigualdades, mas, pelo contrário, a mantê-las a custos políticos favoráveis, como formas de redução dos agravamentos dos conflitos sociais” (Sposati, 1995).

### 3.2 HISTORICIDADE DE MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS NA SOCIEDADE

Em se tratando da inserção e visibilidade da criança e do adolescente num contexto social mundial e principalmente no reconhecimento destes como sujeitos de direitos e proteção, passando a estar presente em intervenções sociais e políticas, pode-se dizer que foi no final do século XIX, nos Estados Unidos, que surgiram os primeiros debates sociais acerca de maus tratos e negligência, em que foram abordados alguns casos de crianças residentes em orfanatos e que eram vítimas de grave violência.

Maus tratos referem-se a qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções ou de carências nas relações entre as crianças e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afetos). Pela forma reiterada como, por norma, acontecem, privando as crianças dos seus direitos e liberdades estes maus-tratos afetam a saúde da criança e o seu desenvolvimento físico, psicológico e social e a sua dignidade. (Magalhães, 2005). Na opinião de Portugal, DGS (2011), os maus tratos referem-se a qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameaça a segurança, dignidade e desenvolvimento psicossocial e afetivo da vítima (Rodrigues, 2013).

Alguns outros casos e debates acerca de maus tratos com a criança contribuíram para que essa temática fosse tratada com um maior cuidado e afinco. Entre eles podemos citar a criação da Sociedade de Prevenção da Crueldade com Crianças, em 1875; A fundação da

---

<sup>4</sup>O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 1999).

<sup>5</sup>As principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região (Pastorini, 2004).

Save the Children Found International Union, em 1914; a aprovação da Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, em 1923.

Logo após a Segunda Grande Guerra, mais precisamente no ano de 1946, foi criada a UNICEF, objetivando a melhoria das condições de vida das crianças nos seus cuidados de saúde, educação e nutrição.

No final da II Guerra Mundial, a fome e a doença ameaçavam as crianças da Europa. Em Dezembro de 1946, as Nações Unidas criam a UNICEF para lhes prestar ajuda de emergência. Entre 1947 e 1950, carregamentos de leite e outros bens de primeira necessidade são expedidos para doze países (UNICEF, *sinne anno*).

Após longo percurso percorrido na busca pela proteção da criança, através da garantia de seus direitos, pode-se dizer que a Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959, foi um divisor de águas no que diz respeito à visão que anteriormente obtinham sobre a infância.

É certo que as organizações internacionais, graças ao esforço da ONU, contribuíram para dar visibilidade a este problema e encorajar os Estados a adotarem medidas de protecção e prevenção de situações de risco (Soares, 1998, citado por Almeida et al, 2001). Neste sentido, em 1959, é publicada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, (pela Assembleia Geral das Nações Unidas), a qual defende direitos como a identidade, nome, nacionalidade e desenvolvimento das crianças num ambiente de paz e amizade (Almeida *et al*, 2001 *Apud* Machado, 2010).

A partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, em conjunto com outros debates sobre esta temática, a criança passa a ser vista como um ser em formação, passando por inúmeras fases e transformações nesse período, e nesse seu processo de transformação e/ou formação, deve-se dar uma maior importância ao meio em que as mesmas vivem, pois o seu desenvolvimento de forma adequada e satisfatória depende muito do contexto social e familiar ao qual está inserida.

A teoria de Talcott Parsons (1902-1979) defende que a Criança deve ser moldada e preparada pela sua família, de modo a perder características de um ser passivo e incompleto. Assim, poderá integrar-se num subsistema do sistema global, e ser encarada como possuidora de um papel primordial em sociedades hiperdiferenciadas (Machado, 2010).

Procurava-se entender com uma maior particularidade essa fase de desenvolvimento pela qual as crianças vivenciam na sua subjetividade e, com isso, começou-se a olhar com um maior cuidado e veemência para a garantia e para o acesso dos mesmos a alguns direitos que até então eram impensados e que ainda não eram previstos em lei, por exemplo.

Dando continuidade aos debates iniciados na Declaração Universal dos Direitos da Criança foi publicado, alguns anos mais tarde, o livro de Philippe Ariès, “*L’enfant et la vie familiale sous l’ancien régime*”, que apesar de ter sido motivo de algumas críticas, foi de suma importância para o prosseguimento dos debates acerca desta temática, pois contribuiu para a instalação de discursos e práticas sobre a infância e as crianças contemporâneas.

A partir da publicação da célebre obra de Philippe Ariès (1973), *L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime*, numerosos têm sido os estudos de natureza histórica que se têm debruçado sobre os problemas inerentes à criança. Uma realidade se constata destes estudos, é que as referências à criança e ao período infantil do desenvolvimento humano só muito tardiamente na história da humanidade são referidas (Reis, 2009).

Apesar da violência doméstica, como um todo, ser um antigo problema que ocorre frequentemente em nossa sociedade, os órgãos competentes (nacionais e internacionais) só mais recentemente organizaram-se com maior intensidade projetando um maior esforço no combate a esta questão, sendo, a partir daí, visualizada como violação dos direitos humanos.

Entre os anos de 1980 e 1990 a violência doméstica instalou-se definitivamente na agenda pública e profissional. Em Portugal, a visibilidade do fenômeno data do início da década de 1980, primeiro na vertente dos maus-tratos às crianças, depois na da violência contra as mulheres (Dornelas, 2010).

Sendo assim, no decorrer das décadas do século passado esses debates foram tornaram-se cada vez mais presentes e frequentes no cotidiano da nossa sociedade, o que culminou numa maior atenção dada aos direitos das crianças e adolescentes em tempos atuais.

Podemos dizer que atualmente é uma prática comum a discussão sobre salvaguardar e garantir esses direitos, o que acaba por acarretar numa maior preocupação da sociedade em geral por esta temática, porém lembrando sempre do papel e das responsabilidades do Estado diante de tal questão. O Estado tem um papel fundamental no que diz respeito a garantir e efetivar os direitos das crianças e adolescentes na sociedade em que estamos inseridos, pois ele é o maior responsável em defender tais direitos, proporcionando às famílias os mecanismos necessários para a proteção dos seus entes.

### 3.3 AS CRIANÇAS E A EXPERIÊNCIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Como foi mencionado no tópico anterior, as crianças e os adolescentes nem sempre estão inseridos num contexto familiar que lhes propiciem usufruir de uma vida tranquila, vivenciada num ambiente acolhedor e hospitaleiro. Muitas vezes ocorre exatamente o contrário ao que se espera da família, colocando-os desta forma num ambiente inóspito, inadequado para o seu desenvolvimento e em que muitas vezes são expostos à violência física e psicológica.

Com isso, percebe-se que em alguns casos as crianças e jovens passam por diversas e diferentes etapas em seu cotidiano até atingir a vida adulta. Elas acabam por passar por inúmeros processos peculiares no seu dia-a-dia, em que muitas vezes se veem obrigados a conviver com familiares irresponsáveis, negligentes e/ou agressivos. Quando isso acontece, geralmente, esses casos são reportados à justiça e a depender da situação específica de cada caso pode ser necessário o acolhimento dos mesmos em instituições ou lares especializados em atender tal demanda.

Nesses processos de institucionalização pode ser incluído também fatores como o abandono que sofrem dos seus pais biológicos e/ou familiares responsáveis pelo cuidado com os mesmos, a falta de recursos financeiros de suas famílias, morte dos pais e/ou responsáveis, entre outros fatores.

Em se tratando de uma questão tão preocupante como o abandono de crianças, percebe-se que em muitos desses casos o abandono acontece quando os envolvidos estão inseridos num contexto em que a geração daquele filho acabou por acontecer de uma forma irresponsável e inesperada, ou seja, eles foram fruto de uma gravidez indesejada, proveniente de relacionamentos passageiros ou até mesmo, em alguns casos, de mães que são prostitutas. Alguns autores apontam ainda que na maioria desses casos citados anteriormente, pelo fato da genitora ter uma vida sexual promíscua, a figura paterna dessas crianças geralmente é ignorada.

Diante de inúmeras e diferentes situações da ausência dos pais biológicos, e na ausência de outros membros da família (avós, irmãos, tios, entre outros) que tenham condições de assumir os cuidados com determinada criança, a solução imediata é a admissão

das mesmas em abrigos próprios para atendê-las. De acordo com o CASA (2013), o relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens, foram 8.445 o número de crianças e jovens que estavam em situação de acolhimento.

A partir desse momento, é realizado um estudo de caso com tais crianças, a princípio visando a sua reinserção na família biológica, e se essa tentativa não obtiver sucesso (por inúmeras razões), serão adotadas as medidas judiciais cabíveis, com o intuito de assegurar a destituição do pátrio poder, objetivando que as mesmas se tornem aptas para a adoção. Segundo Oliveira e Próchno (2010) “o vínculo construído pela adoção tem como objetivo imitar a filiação natural, ou seja, aquela originada do sangue, geneticamente comprovada, que também é conhecida como a filiação civil”.

Por se tratar de situação delicada, o processo da adoção geralmente é um pouco demorado e burocrático, o que resulta numa estadia prolongada das crianças nos lares. Associado a essa burocracia, e mesmo já estando inseridos no século XXI, um dos fatores determinantes para o prolongamento da estadia das crianças nos abrigos ainda é o preconceito.

As crianças institucionalizadas que estão à espera de adoção sofrem diversos tipos de preconceitos, sejam eles ligados à sua raça (as famílias preferem adotar as crianças brancas), sexo, idade (geralmente os casais têm preferência em adotar os bebês) ou etnia. Com isso, percebe-se que foi criado um biótipo preferencial para as famílias adotarem, que está relacionado a crianças mais novas, brancas, saudáveis, entre outras características. Ainda de acordo com o CASA (2013), das 8.449 crianças e jovens que estavam em acolhimento em 2013, apenas 389 foram adotadas. Dentre as crianças e jovens que foram adotados 49% eram rapazes, 51% raparigas, 66% tinham idade inferior ou igual aos 5 anos e 80% não tinham nenhum problema de saúde aparente.

Sendo assim, surgem inúmeros problemas em relação às crianças que não possuem esse biótipo, que na maioria das vezes passam a sua infância e adolescência nas instituições, sem saber ao certo quando terão, e se ao mesmo terão, a oportunidade de vivenciar uma vida no seio de uma família.

Entre os 0 e os 3 anos, a adoção é o principal projecto de vida para 62% das crianças, registando-se uma baixa taxa de retorno à família biológica. O mesmo acontece com as crianças entre os 4 e os 5 anos. Nesta faixa etária, 54% são encaminhados para a adoção. De facto, a adoção é um dos caminhos delineados para crianças até os 9 anos. A partir dos 9 anos, o acolhimento permanente passa a ser o projecto de vida mais comum (Ferreira, 2011).

Por essas e outras razões, a questão dos adolescentes institucionalizados que estão à espera de adoção é uma temática que merece bastante cuidado a ser trabalhada, pois além dos habituais problemas que circundam uma institucionalização, tem o agravante da rejeição, pois os mesmos convivem diariamente com a expectativa de serem adotados e que em muitos casos acabam em frustração. Diante disto, é fundamental que estes adolescentes sejam antecipadamente preparados para galgar seus caminhos de forma a ultrapassar os percalços e obstáculos impostos, com resiliência e perseverança.

O conceito de resiliência refere-se à possibilidade de os indivíduos se desenvolverem favoravelmente quando expostos a situações de adversidade ou stress. Trata-se de um processo complexo que envolve a interação entre factores de vulnerabilidade/risco e factores de protecção. A investigação em resiliência apenas tem interesse quando aplicada a contextos que pressupõem a existência de uma população considerada de risco, mas que apresente também características adaptativas como é o caso das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Torna-se cada vez mais



necessária a realização de estudos que permitam melhorar o conhecimento do funcionamento mental destas populações, para que possam ser criados programas de prevenção e promoção de saúde adequados (Cordovil, 2011).

Todavia, em se tratando mais especificamente dos adolescentes que estão institucionalizados, não podemos esquecer da importância que esta fase de transição para a vida adulta exerce nos indivíduos, pois é a fase das mudanças e descobertas, e que tem um papel fundamental na construção da identidade dos mesmos.

E é justamente por se tratar de uma fase transitória e que está diretamente relacionada à construção da identidade desses jovens e também onde o seu perfil está sendo moldado, que deve ser dado o devido apoio e suporte aos mesmos, ajudando-os a amenizar essa fase mais inconstante, permitindo assim que eles tenham o equilíbrio necessário para processar as diversas situações ao qual estão inseridos em seu dia-a-dia.

### 3.4 CAMINHOS A TRILHAR ATÉ A ADOÇÃO

A adoção, de forma geral, é uma prática que existe desde os primórdios da nossa sociedade, independentemente do espaço geográfico, cultural e temporal<sup>6</sup>. Com o passar dos séculos e com o natural processo evolutivo ao qual nossa sociedade vem passando, este foi um assunto que passou a ter um grande destaque em debates, fóruns e conferências, com o propósito de discutir, implementar e normatizar esse importante processo.

Na contemporaneidade podemos perceber que, além dos fóruns e debates, a adoção e os assuntos relacionados à mesma estão muito presentes na mídia, o que de certa forma ajuda a manter a população informada sobre esta temática, bem como atualizada em relação a estatísticas e leis relacionadas com o processo de adoção.

Em Portugal, não muito diferente da maioria dos outros países, a adoção ainda é tida como um processo muito burocrático e demorado, o que muitas vezes acaba por dificultar o desenrolar da maioria dos casos. Por outro lado essa burocracia faz-se necessária no sentido de proteger os candidatos à adoção, pois é preciso ter a certeza das intenções e condições estruturais das famílias candidatas às prováveis adoções. Houve algumas mudanças no que diz respeito às leis destinadas à adoção no país, pois, anteriormente à reforma de 1977, as crianças e jovens a serem adotados eram, na sua maioria, as vítimas de abandono físico e após a reforma passou-se a considerar também o abandono afetivo.

O Código Civil (CC) de 1966 vem considerar o instituto da adoção num quadro geral de protecção à criança desprovida de meio familiar normal, privilegiando o interesse do adoptado (preâmbulo do Decreto-Lei 185/93, de 22 de Maio), porém, até à Reforma de 1977, a regra foi a adoção restrita, sendo a adoção plena apenas aplicada aos órfãos e aos filhos de pais incógnitos. A principal diferença é que na Reforma de 1966 a criança adoptável era essencialmente a criança sujeita a abandono físico, enquanto que na Reforma de 1977 foi também considerado o abandono afectivo. “O regime que vigorou até à reforma de 1977, de aplicação restrita, revelou, com o desenrolar dos anos e a sequência das transformações socio-políticas ocorridas na década de 1970, algumas limitações. Assim, e a partir de 1 de Abril de 1978, data em que (...) a reforma entrou em vigor, houve uma valorização do instituto (...)” (preâmbulo do Decreto-Lei n.º185/93, de 22 de Maio). Embora se tivesse mantido a adoção restrita, a adoção plena foi incrementada e o seu campo de aplicação amplamente alargado (Salvaterra, 2008).

---

<sup>6</sup> Ainda que em outras sociedades antigas a adoção fosse realizada informalmente.

Na contemporaneidade vivenciamos um momento bem diferente ao mencionado anteriormente, pois se percebe uma real preocupação em garantir uma qualidade de vida (com saúde, educação, alimentação, entre outros) para as crianças e jovens em geral, o que acarreta numa maior fiscalização e efetivação dos seus direitos.

Contudo, fica claro que em dias atuais dispomos de alguns mecanismos de enfrentamento das diversas demandas vivenciadas pelo público alvo em questão, sendo um deles os Centros de Acolhimento Temporário (CAT), que estão espalhados pelo país, com o objetivo de acolher crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

Os CAT surgiram com o objetivo de acolher, proteger e salvaguardar os direitos de crianças e jovens de ambos os sexos, cuja integridade física e/ou psicológica pudesse ter sido ameaçada, negligenciada ou até mesmo violada. Criados inicialmente para ser uma casa temporária, onde esse público pudesse ser assistido por no máximo 6 meses, a prática é bem diferente, pois poucos são os jovens que realmente deixam esses lares sem extrapolar o período máximo previsto, fazendo com que estes Centros muitas vezes acabem até por servir de lar definitivo para os mesmos, de acordo com a necessidade e peculiaridade de cada caso específico.

Mais de onze mil crianças e jovens estavam, em 2007, em instituições de acolhimento, a maioria das quais há mais de um ano, segundo o relatório do Instituto de Segurança Social. 35% das crianças acolhidas nos Centros de Acolhimento Temporário tinham um tempo de permanência de entre 1 e 3 anos, quando este não deveria ultrapassar os 6 meses. Mas a verdade é que a maioria destas crianças e jovens está normalmente em acolhimento por períodos superiores a um ano (Ferreira, 2011).

As principais demandas atendidas nos Centros de Acolhimento Temporário são: crianças e jovens em situação de abandono; maus-tratos físicos e/ou psicológicos; abuso sexual; crianças e jovens que não recebem os cuidados adequados à sua idade, dignidade ou situação pessoal, prejudicando assim a sua formação ou desenvolvimento; estarem sujeitas a comportamentos que afetem a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assumirem comportamento ou se entregarem a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a modificar essa situação.



#### 4. O CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE TERCENA

O centro de alojamento temporário de Tercena (CATT) é gerido pela Santa Casa de Misericórdia de Cascais. A princípio, e até poucos anos atrás, assim como outros Centros, o CATT servia também de abrigo tanto para as mães, como para os filhos. Era comum o acolhimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, desintegração familiar e/ou vítimas de maus tratos, que geralmente sofriam do marido/pai, além de atenderem também refugiados, idosos, entre outros. A partir do ano de 2004, com a mudança de valência, passou a ser um Lar da Infância e Juventude (LIJ<sup>7</sup>) e passou a acolher apenas crianças e jovens vítimas das diversas situações cujo foram mencionadas anteriormente. Atualmente tem a capacidade de acolher 48 crianças e adolescentes.

Neste momento o CATT está a funcionar com a sua capacidade máxima de atendimento (47 crianças e adolescentes e, fugindo a regra, também reside no Centro uma senhora de 49 anos), abrigando desta forma crianças e jovens de ambos os sexos e com faixa etária entre 6 e 21 anos. Dentre essas 47 crianças e jovens institucionalizados no CATT a grande maioria ainda está em idade escolar, e os que já completaram o 12º ano são encaminhados a frequentar cursos profissionalizantes, objetivando uma possível inserção no mercado de trabalho, visando uma futura emancipação.

O CATT está localizado num terreno com uma área bastante arborizada, numa casa ampla e bem estruturada que conta com diversos espaços internos e externos, destinados a atender as atividades desenvolvidas pelas crianças e jovens que por ali passam. São realizadas atividades lúdicas, desportivas, educacionais e/ou de lazer. O espaço físico do CATT é bem dividido, estruturado e funciona de uma forma adequada, visando atender as mais diversas necessidades dos seus moradores. A casa possui 15 quartos de dormir, 1 grande sala de convívio, 4 salas para atividades diversas, 1 sala ampla para brincadeiras, ginásio, refeitório, cozinha, lavandaria e 4 gabinetes de trabalho. Em seu espaço externo existe um parque infantil, um campo de futsal, um campo de vôlei de praia, que estão inseridos numa área com 3 hectáres.

O Centro de Alojamento Temporário de Tercena atualmente dispõe de um quadro de funcionários formado por 38 profissionais no total, sendo 5 técnicos de referência, 4 monitores, 1 terapeuta, 9 funcionárias que dividem as funções da cozinha, 1 motorista, 4 funcionários responsáveis pela portaria e os demais divididos em várias outras funções.

As atividades desenvolvidas no CATT são as mais variadas, desde o apoio às crianças e jovens em suas respectivas atividades escolares (Estas crianças e jovens geralmente são acompanhados por voluntários, estagiários e monitores nessas atividades), até a organização de jogos e brincadeiras, muitas vezes de cunho lúdico-pedagógico, visando o entretenimento, diversão e aprendizado dos mesmos. Foi observado que as crianças e jovens que residem no CATT têm uma rotina já estabelecida previamente para ser seguida no seu dia-a-dia, podendo ser flexível de acordo com a necessidade individual de cada um ou a necessidade da coletividade.

Além do quadro de funcionários e do grande apoio que o CATT recebe de alguns voluntários, um dos pontos altos do Centro é poder contar também com o apoio do “projeto famílias amigas”, que consiste em permitir que as crianças e os jovens possam sair da instituição para passar fins de semana, feriados e/ou férias na casa das famílias voluntárias que se inscrevem para fazer parte deste projeto.

---

<sup>7</sup> Lar de Infância e Juventude (LIJ) – Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao Acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

O projeto famílias amigas foi primeiramente idealizado com o intuito de proporcionar que os fins de semana e as férias das crianças e adolescentes que residem no CATT se tornassem mais alegres e para que eles pudessem se sentir aconchegados por uma família, tendo a oportunidade de estarem integrados num ambiente familiar saudável, que possa lhes garantir novas perspectivas do que pode ser uma família. O grande diferencial deste projeto é que em alguns casos esses laços afetivos tornam-se tão intensos que culmina numa relação mais sólida e duradoura, resultando, por vezes, na própria adoção dos jovens envolvidos. Há de salientar que o projeto tornou-se uma resposta importante para a grande demanda das crianças e adolescentes mais velhas que geralmente não preenchem os requisitos dos pais candidatos através da base nacional de adoção.

#### 4.1 AS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS NO CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE TERCENA

Como já foi referido, o Centro de Alojamento Temporário de Tercena dispõe de uma capacidade de atendimento de 48 crianças e jovens de ambos os sexos. Atualmente encontra-se com a capacidade preenchida em sua totalidade, residem no centro 47 crianças/jovens, além da senhora de 49 anos que foi mencionado anteriormente. Dessas crianças e adolescentes que são atendidos no CATT, 26 são do sexo feminino e 21 são do sexo masculino (Figura 4.1). As suas idades variam entre 8 e 21 anos. Todas elas estão frequentando a escola e/ou cursos profissionalizantes. Foi verificado que a maioria dessas crianças/jovens são de nacionalidade portuguesa (n=42), outras de países como Cabo Verde (n=2), São Tomé (n=1), Guiné-Bissau (n=1) e Romênia (n=1) (Figura 4.2).

Figura 4.1 - Definição da composição em relação ao sexo das crianças e jovens do CATT.

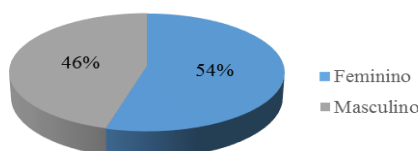
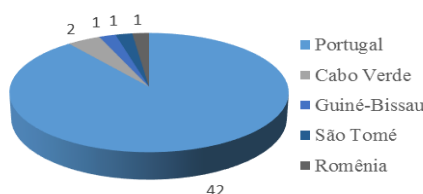


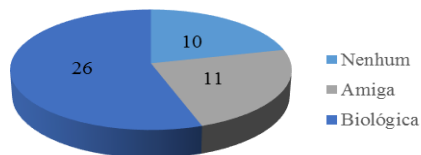
Figura 4.2 - Nacionalidade das crianças e jovens (n=47) atendidos.



Essas crianças/adolescentes que residem no CATT passam por realidades bastante distintas no que diz respeito ao contato com os pais biológicos e/ou outro membro da família (Figura 4.3). Foi verificado que 26 destas crianças/adolescentes ainda têm contato com algum (s) membro (s) da família biológica, 11 tem contato apenas com as famílias participantes do projecto família amiga e 10 não tem nenhum tipo de contato, nem com a família biológica,

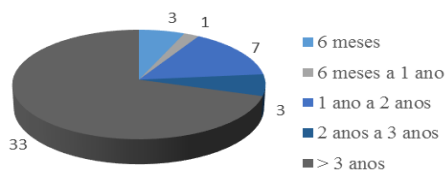
nem com família amiga. Há ainda alguns casos de irmãos que foram ambos institucionalizados no CATT, isso acontece em 13 duplas de irmãos atualmente.

Figura 4.3 - Contato com família biológica, família amiga ou nenhum contato.



Comprovando o que já havia sido observado na revisão de literatura em relação ao contexto geral, pudemos verificar que a grande maioria das crianças e jovens que vivem no CATT atualmente, já lá estão há mais de 3 anos. Das 47 crianças e jovens que lá residem, apenas 3 estão no Centro por um período menor ou igual a 6 meses. 1 jovem reside por um período acima de 6 meses a 1 ano, 7 residem por período acima de 1 ano a 2 anos, 3 vivem no Centro por período acima de 2 anos e 33 deles vivem no CATT há mais de 3 anos (Figura 4.4).

Figura 4.4 - Tempo de permanência das crianças e jovens no CATT.



Dentre os que lá residem atualmente, o que está na instituição há mais tempo é uma jovem que vive no CATT desde 1999.



## 5. CASOS ESTUDADOS

A amostra que foi estudada com maior aprofundamento para o desenvolvimento deste trabalho foi de 10 crianças e jovens<sup>8</sup>, escolhidas aleatoriamente, de ambos os sexos e de diferentes idades (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Nomes, sexo, idade, escolaridade e tempo de permanência no CATT das crianças e jovens.

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo no CATT
Verena	Feminino	14 Anos	5º	9 Meses
Laura	Feminino	14 Anos	10º	1 Ano
Jim	Masculino	10 Anos	5º	5 Anos
Carolina	Feminino	14 Anos	6º	4 Anos
Ron	Masculino	9 Anos	4º	4 Meses
Welton Jr.	Masculino	12 Anos	7º	4 Meses
Deni	Feminino	12 Anos	5º	4 Anos
Emília	Feminino	13 Anos	8º	1 Ano
Franz	Masculino	9 Anos	4º	1 Ano
André	Masculino	10 Anos	4º	1 Ano

A seguir faremos uma síntese sobre a história de vida das crianças e adolescentes que foram estudados:

A adolescente Verena foi abandonada pela mãe aos 2 anos de idade e por isso ficou sob os cuidados do seu pai, com o apoio dos avós paternos. Foi justamente nesse período que o seu pai começou a maltratá-la fisicamente. Esta passou a viver sob a tutela legal dos avós paternos, podendo o seu pai apenas visitá-la. Porém esta decisão judicial não foi cumprida na prática, pois a menina ainda vivia com o genitor. A sua relação com o genitor é pautada por uma profunda desadequação afetiva e relacional. O seu genitor, que é disfuncional e alcoólico, alega também ter sido maltratado pelo seu pai. Por sua vez, o avô da adolescente admite ter maltratado o seu filho e afirma também ter sido maltratado por seu pai. O que caracteriza um já antigo ciclo de maus tratos nesta família. Esta adolescente, apesar de um primeiro momento complicado, já encontra-se bem ambientada no Centro e não demonstra nenhum interesse de voltar a viver com o seu genitor. O pai também não demonstra nenhuma preocupação do ponto de vista afetivo em relação à menina. Neste aspecto, cada um com o seu motivo, ambos concordam que o melhor para a adolescente é que ela fique na instituição. Verena recebe visita do avô paterno e de tias e primas regularmente, porém apesar do seu avô demonstrar grande afeto por ela (e percebe-se reciprocidade neste sentimento), este afirmou não ter condições de cuidar da menina, devido a problemas de saúde, tanto dele, como da esposa. Foi observado que a Verena por ter revelado algum (por vezes total) desapego nas suas relações sociais e/ou afetivas não tem perfil para participar do projeto famílias amigas.

Os irmãos André e Laura estão na instituição há cerca de 1 ano, pois não suportavam mais a situação em que se encontrava a sua família. Eles resolveram denunciar os fatos que ocorriam com frequência em sua casa e foram a uma esquadra da GNR para fazer uma queixa. Nesse caso a violência física não era diretamente contra as crianças e adolescentes, mas de agressão mútua entre os seus progenitores, motivados principalmente pelo uso excessivo de álcool e drogas ilícitas: “Meus pais estavam sempre a brigar e era cada dia pior. Eles bebiam muito, ficavam muitas vezes bêbados, e sempre discutiam, gritavam, e depois começavam as agressões. Muitas vezes minha mãe ficava a sangrar ou com partes do corpo negra” (Laura, 14

<sup>8</sup> Nomes fictícios



anos). Num primeiro momento tentou-se a experiência da família alargada, através de um irmão consanguíneo dos jovens, porém a resposta foi negativa, tendo sido o parecer favorável para o acolhimento de ambos. Em relação ao perfil de André podemos ressaltar que é um aluno assíduo e pontual, porém demonstra alguns problemas comportamentais como: desrespeito aos mais velhos, descumprimento de regras e uso de linguagem inadequada. Este fica mais sensível na época das festas e dos seus anos, bem como quando outros colegas deixam a instituição. Ele não tem nenhum contato e nem demonstra desejo de voltar para os pais. Participa do projeto famílias amigas. A sua irmã Laura é uma menina extremamente educada, aluna assídua e dedicada, uma adolescente com uma personalidade muito calma, sempre bem disposta e tranquila. Apesar de ter encontrado dificuldade em algumas disciplinas no último ano letivo, mostrou-se uma aluna bastante esforçada e acabou por superar tais entraves. Ela demonstra uma enorme preocupação com o futuro profissional e já começa a traçar algumas metas e planos para a sua vida: “Eu tenho muita vontade em ser Assistente Social. Logo que possa trabalhar quero juntar algum dinheiro para ir para São Paulo estudar na USP, pois pesquisei sobre algumas universidades e essa me pareceu ser muito boa e além disso é pública. Lá em São Paulo eu posso arranjar um *part-time* para viver e estudar”.

Emília sofria maus tratos físicos e psicológicos da sua mãe<sup>9</sup> e não conhece o paradeiro do seu pai. Após a doença da sua genitora, a menina foi entregue a um casal de primos<sup>10</sup>, que depois de um período deixou a menina com a madrinha e não mais a procuraram. A madrinha de Emília sofre de alguns problemas mentais e, além de agredir a menina, não tinha nenhuma condição psicológica de viver com a mesma. Após estas tentativas Emília foi encaminhada para o acolhimento institucional. A princípio teve algum receio de ir para o CATT, pois haviam dito diversas maledicências sobre o Centro, inclusive que teria as roupas roubadas e os brinquedos vendidos. Emília é uma menina muito tímida, porém sempre bem disposta, educada, cumpridora das regras. Participa do projeto famílias amigas e a relação com esta família já está bastante sólida, sendo provável que seja adotada em breve.

A genitora do adolescente Jim sofre de perturbações psiquiátricas, o que acarretava numa falta de controlo da mesma com os seus filhos (Jim tem mais 3 irmãos, sendo que 2 vivem no CATT). Além de maus tratos físicos e psicológicos, a mãe do adolescente costumava confinar os seus filhos diariamente em sua residência, fato este que acabou por ser denunciado pelos seus vizinhos. O Jim e os irmãos foram encaminhados para uma instituição, porém a sua genitora em uma das visitas agrediu a responsável pelo Centro, o que culminou na sua transferência para o CATT. Ele recebe visita do avô, que sempre que pode vai ao centro levar-lhe alguns mimos.

Franz e sua irmã Liz sofriam maus tratos físicos por parte do pai, este o agredia com chicote. A irmã fez uma denúncia a GNR e o CPCJ deliberou que fossem morar com os tios. 7 meses após estarem a conviver com as crianças, os tios dos meninos sinalizaram a CPCJ que o convívio não estava a correr bem, pois o fato das crianças estarem lá havia desestabilizado o ambiente familiar. O Franz foi então encaminhado ao CATT. Após a sua chegada à instituição o pai não o procurou e a mãe o fez uma vez e chegou para a visita a cheirar álcool. Nesta visita, o menino quando viu a mãe ficou nervoso, evitou contato visual, esteve sempre a mexer em coisas que estavam na secretária e tentava arranjar motivos (banais) para sair da sala. Ele tem contato com os tios e com a irmã, porém não tem suporte familiar, o que culmina num projeto de vida voltado para a adoção. Franz sofre de oscilações de humor e de comportamento, além de ser uma criança extremamente carente.

---

<sup>9</sup> A genitora já faleceu

<sup>10</sup> Sofreu maus tratos físicos também da prima

As irmãs Carolina e Deni viviam num ambiente familiar disfuncional. Viviam num agregado familiar extenso (Avós, 3 tios, mãe e 4 filhos), onde conviviam diariamente com agressões verbais e outros conflitos entre a família materna e paterna. No ambiente familiar eram obrigadas a conviver com violência doméstica física e verbal, consumo de álcool, desemprego e/ou emprego precário dos familiares, o que acarretava num mau funcionamento do núcleo familiar. A mãe das meninas não tem nenhuma responsabilidade com os cuidados dos seus quatro filhos (Carolina e Deni são as filhas do meio). Antes de viverem no CATT estavam em outro lar desde 2007, porém o mesmo foi encerrado. Deni tem uma saúde debilitada por conta de uma má progressão estato-ponderal, o que já ocasionou vários internamentos. O elo das meninas com a família biológica foi cortado, no entanto ambas participam do programa famílias amigas (com famílias distintas), sendo que o processo de Deni está muito evoluído para a adoção.

Os irmãos Welton Júnior e Ron viviam com a mãe, porém por negligência da mesma e situação financeira precária eles foram encaminhados para acolhimento, estando no CATT há alguns meses apenas. A genitora apenas faz alguns contatos telefônicos esporadicamente e ainda não manifestou interesse de visitá-los. Welton Júnior é muito comunicativo, prestativo, bem disposto e dedicado aos estudos. Adaptou-se com certa facilidade no Centro e não tem maiores problemas na convivência com os pares. Já o Ron sofre de oscilações de humor e comportamento, dificuldade de relacionamento saudável com os pares, oposição e certa falta de respeito para com os adultos, entre outros. A avó dos meninos visita-os mensalmente e percebe-se uma relação afetiva intensa entre os três. Demonstra o desejo de acolhê-los após uma reorganização financeira. É visível que a possibilidade de ir morar com a avó os deixa bastante motivados. “Eu gosto muito da minha avó e não vejo a hora de ir morar com ela. Eu sei que por enquanto ainda não podemos ir, mas logo que ela consiga resolver tudo nós iremos viver com ela”.

No geral as crianças e adolescentes que chegam ao CATT são encaminhadas através de medidas de promoção e proteção do tribunal de família e menores, tendo variados motivos para essa determinação judicial (maus tratos físicos e psicológicos, negligência, abuso sexual, entre outros). O acolhimento realizado aos mesmos depende muito especificamente de cada caso, pois há situações em que as crianças e/ou adolescentes saem diretamente da família para o CATT, já em outras situações eles já podem ter vindo de outros centros de emergência ou de outros lares. De modo a facilitar o acolhimento destas crianças, há uma preocupação e cuidado por parte da equipa técnica em relação ao primeiro contato dos recém-chegados à instituição. Geralmente a equipa tenta aproximá-los de outros jovens que tenham a mesma faixa etária que eles e que já estejam bem adaptados e ambientados no centro.

De acordo com a equipa técnica, ao chegar à instituição as crianças são bem comportadas e pacatas, inclusive aquelas que se têm informações de que são rebeldes. Muitos enxergam a instituição como uma colônia de férias, tendo como muito divertido viverem lá, pois há outras crianças para brincar, deixando-os satisfeitos. Num segundo momento algumas tendem a revelar o seu real comportamento, enquanto outras revelam uma boa adaptação.

Em relação ao contato das crianças e adolescentes com a sua família biológica, dependendo de cada situação específica a família pode ser chamada ao CATT para uma reunião com a equipa de referência e a direção da instituição, perspetivando um possível retorno desses jovens para o seu núcleo familiar ou para que a sua família possa realizar visitas. Porém se realmente for constatada que não há hipótese de reinserção nessa família de imediato e que a família e/ou o jovem em questão não estão preparados para uma maior aproximação, o vínculo entre eles poderá ser inibido ou rompido, ainda que temporariamente.

De acordo com o estudo realizado a partir da amostra, os principais motivos de institucionalização destas crianças e adolescentes foram as agressões físicas e psicológicas que sofriam dos seus pais e/ou outros familiares. Em alguns casos essas agressões começaram

muito cedo nas suas vidas, fazendo-os crescer num ambiente cheio de traumas e medo. No caso da adolescente Verena, como vimos anteriormente, o seu pai começou a maltratá-la através de agressões físicas quando esta tinha apenas 2 anos de idade, fato este que acabou por recorrer até aos seus 12 anos, quando esta teve a coragem de denuncia-lo na escola em que frequentava: “Meu pai começou a me maltratar e a me agredir quando eu tinha 2 anos. Ele me batia muito. Na maioria das vezes ele me batia com chinelo e cinto, mas já me bateu até com pau” (Verena, 14 anos).

Através da observação participante e da análise dos documentos pudemos conhecer a trajetória de vida das crianças e jovens antes e depois da institucionalização (Quadro 5.2).

Quadro 5.2 – Trajetória das crianças e adolescentes antes e depois da institucionalização.

Nome	Com quem vivia	Motivo da institucionalização	Problemas de saúde dos progenitores	É realizada alguma intervenção com os pais	Projeto de vida definido para a criança
Verena	Apenas com o pai	Maus tratos físicos e psicológicos	Alcoolismo	Não	Ainda não foi definido.
Laura	Pai, mãe e irmão	Maus tratos psicológicos	Alcoolismo e toxicodependência	Não	Programa famílias amigas. Espera por adoção.
Jim	Mãe e 3 irmãos	Maus tratos físicos e psicológicos, confinamento	Perturbações psiquiátricas	Não	Ainda não foi definido.
Carolina	Mãe, avós, 3 tios e 3 irmãos	Negligência da progenitora e disfuncionalidade do núcleo familiar	Alcoolismo	Não	Programa famílias amigas. Espera por adoção.
Ron	Mãe e irmão	Negligência e precariedade financeira	Nenhum	Não	Viver com a avó.
Welton Jr.	Mãe e irmão	Negligência e precariedade financeira	Nenhum	Não	Viver com a avó.
Deni	Mãe, avós, 3 tios e 3 irmãos	Negligência da progenitora e disfuncionalidade do núcleo familiar	Alcoolismo	Não	Programa famílias amigas, processo de adoção acelerado.
Emília	Mãe, tios e Madrinha	Maus tratos físicos	A madrinha tem distúrbios mentais	Não	Programa famílias amigas, processo de adoção acelerado.
Franz	Pai, mãe e irmã	Maus tratos físicos	Alcoolismo	Não	Programa famílias amigas, processo de adoção acelerado.
André	Pai, mãe e irmã	Maus tratos psicológicos	Alcoolismo e toxicodependência	Não	Programa famílias amigas. Espera por adoção.

Com os exemplos das próprias vítimas terem feito a denúncia que foram dados anteriormente, tanto no caso da adolescente Verena, como no caso dos irmãos André e Laura, percebe-se que as crianças e adolescentes nos dias atuais estão mais atentos e informados sobre os seus direitos e como zelar pelo seu bem-estar físico e psicológico. Este fato nos remete à concepção de criança como atores sociais preparadas para interferir, agir e construir a sua história.

## 5.1 INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E PREPARAÇÃO DO SEU PROJETO DE VIDA APÓS O INGRESSO NA INSTITUIÇÃO

Entretanto, na maioria dos casos que foram citados anteriormente as crianças e adolescentes, passado algum tempo, se arrependem de terem feito a denúncia e acabam por vitimizar os pais. De acordo com a entrevista realizada com uma das educadoras sociais da instituição, as crianças e adolescentes que lá residem quando chegam ao CATT são tomados por certa euforia, sentem-se animados com as mudanças, principalmente por passarem a viver com outros miúdos e idealizar que será uma vida apenas de brincadeiras. Entretanto, quando já estão familiarizados com a rotina da instituição e se veem cercados por algumas regras e normas que muitas vezes não conheciam no seu núcleo familiar, estes tendem a preferir a vida que tinham em suas famílias:

Eles preferem morar numa família. Após o primeiro impacto de euforia em relação a nova vida e mesmo que o ambiente no Centro seja mais adequado para eles viverem, ainda assim eles preferiam viver com a família, mesmo estando inseridos muitas vezes em famílias que não tinham condições e cuidados básicos. Eles sentem falta do aconchego da família, passam a vitimizar os pais, acham que não os maltrataram por maldade, acabam por se culpar pela situação e acham que destruíram a família. Eles acham o ambiente e cuidado que têm no Centro melhor do que o núcleo familiar, porém eles ainda preferem a família (Educadora Social).

Ainda de acordo com a educadora social, o trabalho realizado pela equipa técnica e a abordagem que eles utilizam com as crianças e adolescentes que residem no CATT é diferenciado de acordo com a faixa etária e maturidade de cada um especificamente. No caso das crianças a linguagem utilizada é na maioria das vezes o carinho, afeto (abraços, beijos), porém passando sempre firmeza na forma de lidar com elas. Já com os adolescentes a abordagem é um pouco diferenciada, pois além de carinhos verbais, e como estão passando por uma fase de descoberta e mudanças, deve-se privilegiar a escuta aos mesmos, com o intuito de estabelecer uma confiança entre a equipa e o interno, mostrando a eles que têm com quem contar. Entretanto as abordagens são realizadas através de planos individuais, de acordo com o perfil e com a melhor forma de lidar com cada um deles.

A autoestima dos internos é trabalhada de acordo com o seu plano individual e da abordagem utilizada pelo seu técnico de referência. A ideia principal para elevar a autoestima deles é reforçar os elogios das suas características positivas e competências que adquiriram. Reforçar positivamente cada conquista do quotidiano (por menor que seja) e a partir daí ir aumentando as exigências sobre eles. Os técnicos também mantem-se sempre abertos a escutá-los, mostrando que eles são ouvidos e que têm espaço e importância.

O comportamento de algumas das crianças e jovens que vivem no CATT tendem a oscilar consideravelmente de acordo com as suas expectativas futuras, da projeção que fazem para a sua vida fora da instituição, seja na família biológica ou na família adotiva. O fato de verem seus colegas serem adotados e eles continuarem na instituição, por exemplo, algumas vezes acarreta numa revolta, depressão e isolamento por parte de alguns internos. Nesse contexto é que se faz necessária a intervenção de psicólogos e terapeutas (sejam eles profissionais que fazem parte da equipa técnica do CATT, sejam profissionais externos) para que possa ser trabalhada as diversas problemáticas vivenciadas pelos jovens.

Uma problemática inquietante em relação a crianças e adolescentes que estão institucionalizados é a questão do preconceito e constrangimentos que estes podem sofrer nos lugares que frequentam fora da instituição. De acordo com a equipa técnica do CATT muitos sofrem preconceito sim por viverem numa instituição. Esse tipo de comportamento é mais comum nos adolescentes a partir dos 15 anos e geralmente ocorre entre os colegas da escola.

Por conseguinte alguns adolescentes que vivem no CATT evitam dizer que lá vivem e acabam por fantasiar histórias para seus colegas, dizendo que vivem com suas famílias. Já houve casos em que alguns internos pediram para mudar de escola para evitarem indagações e especulações sobre a sua vida pessoal.

De acordo com a equipa técnica as crianças e adolescentes têm de conviver com preconceitos e constrangimentos desde cedo em sua vida, pois as famílias candidatas a adotantes, não raramente, já têm um perfil traçado dos que querem adotar. Geralmente optam por crianças brancas, mais novas (a partir dos 5 anos já fica mais difícil de ser adotado) e saudáveis. Esse é um dos fatores que abala a autoestima dos que passam por esse tipo de preconceito, pois eles acabam por criar demasiadas expectativas e muitas vezes ficam frustrados com o desenrolar dos fatos.

O Quadro abaixo resume os diferentes projetos de vida previstos para as crianças e adolescentes que foram estudados:

Quadro 5.3 – Projeto de vida previsto para as crianças e adolescentes estudados.

<b>Nome</b>	<b>Projeto de vida previsto</b>
Verena	Vínculo cortado com o genitor. Apesar de ter uma boa relação com os avós paternos, eles não têm condições físicas de cuidar dela. Por não se deixar envolver afetivamente com outras pessoas não tem perfil para participar do projeto famílias amigas ou adoção. O mais provável é que permaneça na instituição até atingir a maioridade.
Laura e André	Vínculo cortado com a família biológica. Já participa do projeto famílias amigas e aguarda por adoção. Um dos entraves é que por terem uma relação muito próxima, é preferido que os dois sejam adotados pela mesma família.
Jim	Ainda não tem um projeto de vida definido, pois ainda tem um vínculo com a família biológica (avô).
Carolina	O vínculo com a família biológica foi cortado. Ela já participa do projeto famílias amigas e agora aguarda por adoção.
Ron e Welton Jr.	Estão na instituição aguardando uma possível reestruturação financeira da família biológica (avó), já que o vínculo entre os três é muito intenso, o mais provável é que eles possam ir viver com ela.
Deni	O vínculo com a família biológica foi cortado. Ela já participa do projeto famílias amigas e já há uma relação afetiva entre eles. Há indícios de que será adotada pela família brevemente.
Emília	Vínculo cortado com a família biológica. Participa do programa famílias amigas e por já ter uma relação bastante estreita e sólida é provável que seja adotada por eles em breve.
Franz	Apesar de ainda manter contato com alguns membros da família biológica (irmã e tios), é notório que não tem nenhum suporte da mesma. Ele faz parte do projeto famílias amigas e o mais provável é que já seja adotado em breve.

Percebe-se que entre a amostra estudada 30 % já tem uma realidade voltada para uma breve adoção, 30 % já participa do programa famílias amigas e aguardam por adoção, 20 % há indícios de que retornará para a família biológica, 10 % está previsto continuar na instituição até atingir a vida adulta e outros 10 % desta amostra ainda não tem um projeto de vida definido.

Em relação ao tempo de permanência das crianças e adolescentes no CATT, a princípio eles deveriam deixar o centro quando atingissem 18 anos, porém não é determinado um prazo para que eles deixem a centro. Se um jovem completar 18 anos, mas ainda não tiver um projeto de vida definido e nutrir o desejo de permanecer no CATT, ele deve informar essa situação ao tribunal e solicitar uma prorrogação da proteção até aos 21 anos. Após completar

os 21 anos, eles podem manter-se no centro com a autorização da Segurança Social, pois é quem financia o CATT através da Santa Casa da Misericórdia de Cascais.

Quando os jovens já conseguiram a sua autonomia e estão inseridos no mercado de trabalho, a equipa os ajuda a fazer a transição do CATT para o seu próprio espaço, podendo ser um quarto ou uma casa alugada, dependendo das condições financeiras de cada um especificamente. Após esse primeiro momento de transição é realizado um acompanhamento com o jovem em questão, a fim de verificar se o mesmo está conseguindo manter a sua nova condição, pois caso não tenha obtido sucesso nessa empreitada, eles podem ser remanejados novamente para o centro ou podem ser transferidos para apartamentos de autonomia<sup>11</sup> para que possam adquirir algumas competências para o seu dia-a-dia. Esse acompanhamento com os jovens que deixam o centro é realizado durante alguns meses, porém a maioria deles têm o centro como uma referência e continuam a procurar auxílio dos seus profissionais para diversas situações do quotidiano.

## 5.2 PREOCUPAÇÕES DAS EQUIPAS NOS CENTROS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS

A equipa técnica do Centro de Alojamento Temporário de Tercena sinalizou as suas dificuldades diárias, ressaltando que é necessário um grande comprometimento da equipa em geral para que todas as demandas sejam atendidas.

Contudo, eles veem as dificuldades que passam, seja na captação de recursos ou na viabilização de um serviço, como desafios diários que precisam ser ultrapassados para que os objetivos propostos sejam alcançados da melhor forma. Foi ressaltada ainda a importância de firmar parcerias com algumas empresas, entidades e instituições, pois tais parceiros são imprescindíveis para a realização e viabilização do trabalho no centro, visando em primeiro lugar o bem estar físico e psicológico das crianças e adolescentes que lá residem.

---

<sup>11</sup> Os Apartamentos para Autonomia têm os seguintes objetivos: desinstitucionalização de jovens a viver em lar de acolhimento e a promoção da respectiva autonomia; Acolhimento de jovens sem enquadramento familiar adequado, perspectivando a sua vida independente, suportada em melhoria dos níveis de qualificação, actividade profissional e inclusão na comunidade.



## 6. CONCLUSÃO

Com este estudo que foi realizado no CATT pudemos conhecer um pouco mais sobre a realidade dos jovens que vivem nesse lar atualmente, bem como responder as indagações iniciais do trabalho.

As hipóteses que haviam sido levantadas inicialmente foram confirmadas em sua totalidade, mostrando que esse é um assunto que merece uma maior atenção e cuidado por parte das autoridades responsáveis por salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes em Portugal.

Como foi possível observar e confirmar através de entrevistas e da análise documental, as crianças e adolescentes que vivem no CATT, em sua grande maioria, foram vítimas de maus tratos, físicos e/ou psicológicos, por parte dos pais e/ou outros membros da família. Ficou claro que o ambiente no CATT é mais adequado para as crianças e adolescentes e que estes possuem uma melhor qualidade de vida em relação às que tinham no seu núcleo familiar. Porém, este fato mencionado anteriormente acaba por ser uma grande contradição, pois mesmo sabendo que o CATT dispõe de um ambiente mais adequado para o seu crescimento e desenvolvimento, muitos dos jovens que vivem no centro sentem falta da vida no seu núcleo familiar e nutrem o desejo de retornar à sua família biológica. Em alguns casos eles almejam regressar à família porque mantêm a esperança de que os pais tenham mudado o comportamento ou se sentem na obrigação de ajuda-los numa possível mudança, numa reabilitação.

Um fato importante e que pôde ser confirmado através do estudo é que muitos dos adolescentes que vivem no CATT ainda passam por algum tipo de preconceito e/ou constrangimento nos ambientes que frequentam fora da instituição. Justamente por este motivo alguns desses adolescentes acabam por inventar histórias sobre a sua família e omitir onde realmente vivem. Vale lembrar que o preconceito que muitas destas crianças e jovens passam, começa desde cedo através dos requisitos preferenciais que eles precisam de ter para que serem adotados. Ainda hoje os candidatos a adotantes preferem crianças mais novas, brancas e saudáveis, fator este que acaba por eliminar as chances daqueles que não preenchem tais requisitos.

Contudo, percebe-se que as crianças e adolescentes que residem tanto no CATT, como em qualquer outra instituição ou lar, necessitam de que seja dada uma maior atenção às problemáticas que passam no seu dia-a-dia. Deve-se prestar uma maior atenção aos seus medos e receios principalmente no que diz respeito à elevação da sua autoestima e a construção da sua identidade, pois desta forma, tornar-se-iam adultos mais seguros e mais bem preparados para a vida em sociedade, com personalidades menos conflituosas e perfis identitários mais consistentes.





## REFERÊNCIAS

- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança: Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Araújo, Cidália e Emília M. F. Pinto, José Lopes, Luís Nogueira e Ricardo Pinto (2008), *Estudo de caso*, Universidade do Minho.
- Carvalho, Maria do Carmo Brant (2002), *O lugar da família na política social* In: Carvalho, M. C. B. (Org). In: A família contemporânea em debate, São Paulo, 4º Ed, EDUC / Cortez, p.15-22.
- Cordovil, Catarina e Margarida Crujo, Paula Vilariga e Pedro Caldeira da Silva (2011), *Resiliência em crianças e adolescentes institucionalizados*, Disponível em: <http://www.actamedicaportuguesa.com/pdf/2011-24/suplemento-originais/413-418.pdf> Acesso em junho de 2013.
- Dornelas, António, Luisa Oliveira, Luisa Veloso, Maria das Dores Guerreiro (2010), *Portugal invisível*, Lisboa, Ed. Mundos sociais.
- Ferrari, Mario, Silvio Manoug Kaloustian (2005) *A importância da família*. In Kaloustian, Silvio Manoug (organizador). Família brasileira, a base de tudo, São Paulo, 7 ed, Cortez. P. 11-15.
- Ferreira, Jorge Manuel Leitão Ferreira (2011), *Serviço Social e modelos de bem-estar para a infância. Modus operandi do Assistente Social na promoção da protecção à criança e a família*, Lisboa, Quid Juris Sociedade Editora.
- Stilwell, Isabel e Carla Marina Mendes (2014), *“Não amam nem deixam amar” Adoção em Portugal*, Revista Máxima.
- Hinojal, Isidoro Alonso (1979), *A crise da instituição familiar*, Rio de Janeiro, Salvat editora do Brasil.
- Iamamoto, Marilda V (1999), *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*, São Paulo, 2. Ed, Cortez.
- Loulé, Filipa Maria Marques Ramos (2010), *Crianças em perigo: a prática profissional dos assistentes sociais nas CPCJ'S da sub-região do baixo Mondego*, Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga.
- Machado, Catarina (2010), *Crianças e Jovens em Perigo e Risco: um estudo de caso sobre a CPCJ do Seixal*, Lisboa, ISCTE, Departamento de Sociologia.
- Marcassa, Luciana (2006), *“Friedrich Engels. A origem da família, da propriedade privada e do Estado”*, Revista de Educação, nº 9, 85-90.
- Oliveira, Shimênia Vieira de, Caio César Souza Camargo Próchno (2010), *A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção*. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n1/v30n1a06.pdf>. Acesso em junho de 2013.
- Pastorini, Alejandra (2004), *A categoria “Questão Social” em debate*. São Paulo: Cortez.
- Paulino, Maria da Conceição Duarte de Almeida (2012), *Crianças em perigo e o procedimento de urgência*; Lisboa, ISCTE, Dissertação de s. Social.
- Pinho, Roquelina Cordeiro Arruda (2009). *Adoção de crianças maiores: uma reflexão sobre desafios e recompensas*. Disponível em: [http://www.tjce.jus.br/cejai/pdf/adocao\\_maiores.pdf](http://www.tjce.jus.br/cejai/pdf/adocao_maiores.pdf). Acesso em junho de 2013.
- Queiroz, Danielle Teixeira, Janaina Vall, Ângela Maria Alves e Souza, Neiva Francenely Cunha Vieira (2007), *Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da*

saúde, Rio de Janeiro, UERJ. Disponível em: [www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf](http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf) Acesso em julho de 2014.

Reis, Vítor José Oliveira (2009), *Crianças e jovens em risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco)*, Coimbra, Universidade de Coimbra; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Rodrigues, Maria Rosa Correia (2013), *Intervenções de enfermagem na abordagem da criança vítima de maus tratos em contexto hospitalar*, Viseu.

Rumo residência e apartamento; Disponível em: <http://www.rumo.org.pt/wp/residencia-e-apartamentos>. Acesso em agosto de 2014

Salvaterra, Fernanda e Manuela Veríssimo (2008), *A adopção: O Direito e os afectos: Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa*; Lisboa, Análise Psicológica, (XXVI): 501-517.

Sandroni, Paulo (2003), *Novíssimo dicionário de economia*, São Paulo, 12 ed, Best Seller.

Santos, Maria José Paz dos (2012), *Intervenção do Serviço Social com famílias, crianças e jovens em perigo integradas em medidas de protecção em meio natural*; Lisboa, Dissertação.

Sarmiento, Tereza (org), Fernando Ilídio Ferreira, Pedro Silva e Rosa Madeira (2009), *Infância, família e comunidade. As crianças como actores sociais*, Porto, Porto Editora.

Segalen, Martine; Tradução de Ana Santos Silva (1996), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editora Terramar.

Sposati, Aldáza de Oliveira (1995), *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*, São Paulo, 6 ed, Cortez.

Tomás, Catarina, Diana Fonseca (2004), *Crianças em perigo: o papel das comissões de protecção de menores em Portugal*, Rio de Janeiro, Revista de Ciências Sociais, Vol. 47, pp. 383 a 408. Disponível em: <http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/OpapeldasCPCJemPortugal.pdf>

UNICEF (*sinne anno*), *A NOSSA HISTÓRIA: O passado, o presente e o futuro da UNICEF*; Disponível em: [http://www.unicef.pt/18/a\\_nossa\\_historia.pdf](http://www.unicef.pt/18/a_nossa_historia.pdf). Acesso em Janeiro de 2014.

## **APÊNDICE A – ENTREVISTA: INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A INSTITUIÇÃO**

- 1 – Como surgiram os CATs?
- 2 – Qual o ano de inauguração do CATT?
- 3 – Como é realizado o financiamento da instituição?
- 4 – Como são realizadas as doações?
- 5 – Como são realizadas as inscrições para o voluntariado?
- 6 – Como é realizado a inscrição para o programa família amiga?
- 7 – Quais são as principais atividades realizadas no CATT?
- 8 – Atualmente qual a composição do quadro de funcionários do CATT?



## **APÊNDICE B – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVEM NO CATT**

- 1 – Sexo
- 2 – Idade
- 3 – Têm irmãos na instituição?
- 4 – Escolaridade
- 5 - Nacionalidade
- 6 – Tempo na instituição
- 7 – Principais motivos da institucionalização?
- 8 – Recebem visitas dos pais biológicos?
- 9 – Recebem visitas de outros parentes?
- 10 – Participam da família amiga?
- 11 – Em casos de adoção, qual a faixa etária e a etnia que se é mais e menos adotada?



## **APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE O PAPEL DO EDUCADOR**

- 1 – De que forma as crianças e adolescentes são encaminhadas ao CATT?
- 2 – Como é o acolhimento de crianças e adolescentes que foram vítimas de maus tratos pelos familiares?
- 3 – O acolhimento de crianças e adolescentes que são vítimas de abuso sexual é diferenciado dos demais casos?
- 4 – O acolhimento é diferenciado de acordo com a faixa etária?
- 5 – Quais as principais diferenças no perfil de crianças e adolescentes que são institucionalizadas?
- 6 – Como é trabalhada a autoestima das crianças e adolescentes que vivem no CATT?
- 7 – Há diferença de comportamento numa criança/adolescente que vive no CATT e participa do programa família amiga?
- 8 – Após a chegada à instituição há uma mudança de comportamento nessas crianças e adolescentes? Quais?
- 9 – Ocorrem mudanças no comportamento dos internos que vivem no CATT de acordo com o tempo que estão na casa? Mudanças relacionadas a expectativas de adoção, ou seja, se isso influencia na autoestima e no dia-a-dia dos mesmos.
- 10 – É percebido que os internos passam por constrangimentos/preconceito nos lugares que frequentam fora do CATT?
- 11 – De acordo com relatos dos internos, em comparação ao núcleo familiar que estavam inseridos, o ambiente na casa é superior ou inferior?
- 12 – Quais os principais problemas enfrentados pelos educadores sociais no desempenho da sua função na instituição?
- 13 – Como acontece a transição dos jovens que deixam o CATT por terem atingido a vida adulta?
- 14 – É realizado algum acompanhamento com os mesmos após a sua saída da instituição?



